



Anais da Assembléia

Nº 125

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB** — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calcelito Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** — 05: Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 76.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Tachy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colação e Valdir Rossini. (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zambasso, Cesar Silvestri, Durval Amard, Eduardo Trevisan, Luiz Accorsi, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsato, Sérgio Spada e Walmor Trentini (13). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edgar Bueno (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

A Presidência anuncia com satisfação a presença do colega, amigo e Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Nelson Justus que nos brinda, além da sua presença, com a sua atuação nesse pequeno espaço de tempo, dando novos rumos à Secretaria do Estado do Paraná.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Ofício:

OFÍCIO N.^o 20/96

Curitiba, 12 de Agosto de 1996.

Senhor Presidente.

Através do presente, solicito a Vossa Excelência licença do meu Cargo de Deputado, pelo período de 90 (noventa) dias a contar de 15 do corrente, para tratar de assuntos pessoais.

Certo da sua atenção, ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.^o 198/96, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que cria e extingue cargos.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N.^o 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.^o 377/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Adolpho de Oliveira Franco.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N.^o 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N.^o 774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Prudentópolis, pelo transcurso dos 90 anos de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito Mu-

nicipal, Senhor Markiano Antonio, bem como à Câmara Municipal, através do seu Presidente Elzevir Saviski.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

Formada por imigrantes ucranianos e descendentes de bandeirantes, Prudentópolis faz parte da História do Paraná, contribuindo há 90 anos, pelo seu progresso.

Preservando sua cultura, resgatando suas tradições e respeitando as novas tendências, seu povo trabalha sempre em prol do desenvolvimento e das transformações. A cidade comemora com o objetivo principal de engrandecer a participação de cada Prudentopolitano, com o seu trabalho e suas idéias, na construção de uma cidade cada vez melhor.

REQUERIMENTO N° 777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje voto de congratulações à Nova diretoria e Conselho Fiscal da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, alusivos à sua eleição para gestão 1996/99, ocorrida no último dia 15 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Diretoria e Conselho Fiscal, através de correspondência a ser encaminhada à Presidente, Doutora Elza Maria Galvão Ciffoni, à Rua Brasília Itiberê n° 356, CEP: 80.210-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor a Diretoria da UNIMED, pela comemoração do seu 25° aniversário, dando exemplo administrativo moderno e sendo modelo de cooperativa da área de saúde para todo o Brasil, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Pastor Carlos Marchioro, alusivos aos 30 anos de Pastorado.

Requer ainda que do presente se dê

ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Castelo Branco n° 57 CEP: 75.213-63, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Hospital Regional de Irati.

São enormes as dificuldades pelas quais passa um hospital que presta atendimentos a toda uma região.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Organização Santos Inocentes - Cidade da Criança - do Município de Irati.

A instituição atende a menores de rua, órfãos e abandonados, dando-lhes toda a assistência necessária, principalmente na formação educacional.

São 38 crianças, sendo que em sua grande maioria na faixa etária de 8 anos de idade.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à R.F.F.S.A. - Rede Ferroviária Federal S/A, solicitando o desvio da linha férrea do centro da Cidade de Irati.

Tal solicitação prende-se ao fato dos vários acidentes que tem ocorrido na cidade, além da visão futurista de melhor aproveitamento de toda aquela extensão territorial.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e sobe-

rano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando os estudos necessários para viabilizar a implantação do curso de 2º Grau, na localidade do Rio do Couro, no Município de Irati.

O pedido fulcra-se na grande população estudantil da localidade e que necessitam viajar todos os dias para concluírem seus estudos.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, encaminhamento de expediente à Justiça Eleitoral de Ponta Grossa no sentido de requisitar fitas e outros meios de transmissão, dos programas gratuitos do TRE no Horário Eleitoral dos dias 14 e 16 de agosto por conterem matéria ofensiva aos Parlamentares e por consequência ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, de autoria do Deputado Jocelito Canto, e para as medidas regimentais cabíveis.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração.

1 - Porque foi cancelada a aposentadoria, junto ao IPE, da Senhora Terezinha W. Sauran (20064-2-1-A)

1.1 - Expor as razões legais.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração.

1 - Nome e cargo do servidor estadual municipalizado na área de saúde com matrícula n° 69.449-2.

2 - Data de Admissão do servidor e sua lotação.

3 - O referido servidor gozou ou goza algum tipo de licença?

4 - O servidor tem prestado serviço conforme seu contrato de trabalho?

4.1 - Caso negativo, quais são as providências que estão sendo toma-

das?

Fomos informados que um servidor municipalizado, lotado da Secretaria Municipal de Saúde Regional, portador da matrícula citada não tem comparecido ao trabalho há alguns meses e sua frequência tem sido mandada normalmente.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração.

1 - O Senhor José Tadeu Smolka é funcionário de carreira do Estado do Paraná?

1.1 - O mesmo senhor ocupa cargo comissionado na atual administração?

1.1.1 - Se sim, cópia do ato legal.

2 - A Senhora Maria Helena Serula Smolka é funcionária de carreira do Estado do Paraná?

2.1 - A mesma senhora ocupa algum cargo comissionado na atual administração?

2.1.1 - Se sim, solicito cópia xerográfica do ato legal.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração.

Relatório sobre dados estatísticos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, no serviço público (estatutários). Dados dos anos de 94, 95 e 96.

Por Secretaria/Município

Acidente típico:

Acidente de trajeto:

Doenças ocupacionais:

Outros:

Por Secretaria/Município

Idade:

Sexo: Masc: Fem:

- Localização das partes lesionadas:

- Dias de Afastamento para cada tipo de acidente:

- Gráfico demonstrativo:

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Distrito de Vila Gandhi, situado no Município de Primeiro de Maio, para que a população decida sobre a sua anexação ao Município de Bela Vista do Paraíso:

"Começa no Ribeirão Bonito, na foz do Ribeirão Veado, daí segue no sentido leste, pela linha de divisa de terras do imóvel de Antonio Gomes Pinheiro e outros, passando pela Água do Papagaio, até encontrar a linha de divisa do imóvel de Euzébio Gomes, seguindo daí por esta, no sentido sul, até encontrar a estrada de rodagem Bela Vista do Paraíso-Primeiro de Maio, a qual segue no sentido leste, até encontrar a linha de divisa do imóvel de Assis Ramalho de Oliveira, seguindo daí, no sentido sul, por esta linha de divisa de terras, até encontrar o Ribeirão Biquá, o qual sobe até o ponto de encontro da linha de divisa entre este município e os de Sertãoópolis e Bela Vista do Paraíso."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 382/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir junto às Empresas Concessionárias de linhas intermunicipais de passageiros, Metropolitano e Sistema Integrado de Transporte Coletivo (RIT), no âmbito do Estado do Paraná, em ônibus convencional ou ligeirinho, o passe escolar para estudantes de 1°, 2° e 3° graus.

Parágrafo Único - Os beneficiários aludidos no "caput" deste artigo deverão ser alunos matriculados no 1°, 2° ou 3° graus que se desloquem, diariamente, de suas cidades para estudar em outras e que tenham renda familiar igual ou inferior a 03 salários mínimos.

Art. 2° - O passe escolar será concedido durante o período letivo e dará direito a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa.

Art. 3° - Para a obtenção do passe escolar o aluno deve cadastrar-se junto ao DER/PR, COMEC e URBS, que são os órgãos competentes para executar ou planejar, outorgar e fiscalizar os serviços prestados pelas empresas concessionárias de linhas intermunicipais de passageiros, Metropolitano e linhas do Sistema Integrado de Transporte Coletivo (RIT), respectivamente.

Art. 4° - Esta lei será regulamentada pelo Governo Estadual no prazo de 90 (noventa) dias, após sua publicação.

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

No nosso Estado é crescente o número de famílias que têm que enviar seus filhos, diariamente, a outras cidades para estudarem em escolas de 1° grau, e 2° grau (profissionalizantes ou não), de Educação Especial ou Universidades.

Isto ocorre não só nas pequenas cidades que compõem as Regiões Metropolitanas, como também naquelas próximas às cidades sede das microrregiões ou cidades polo educacionais que existem em nosso Estado.

A conscientização dos pais quanto a necessidade e importância de fazer com que seus filhos estudem para que possam ter um futuro melhor, faz com que não meçam esforços para propiciar-lhes condições de frequentar uma escola, mesmo que seja em localidade diversa daquela que residem.

Assim, face ao alto valor das tarifas do transporte coletivo, muitas famílias são extremamente sacrificadas, enquanto outras são impossibilitadas de fazer seus filhos cursarem - por exemplo - uma Universidade.

É necessário ressaltar que, no contexto geral do Estado do Paraná atualmente, poucas são as Prefeituras Municipais que têm condições de oferecer transporte em ônibus escolar gratuito ou com custo reduzido; fazendo com que cresça cada vez mais o número de alunos usuários do transporte de passageiros em linhas intermunicipais, metropolitanas ou integradas, regulares.

PROJETO DE LEI N° 383/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Elisa Checchia Noronha.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja conferido tal título de Cidadã Benemerita à Doutora Eloisa Checchia de Noronha, o fazemos conscientes da distinção de sua pessoa no cenário paranaense. Pode-se dizer, sem medo de errar, que a Ginecologia e a Obstetrícia tem um nome no Paraná: é o da Doutora Elisa. Um nome feito de estudo e trabalho por longas décadas.

Nascida em Curitiba, em 30 de julho de 1910, casou-se com o também médico Doutor Leônidas Noronha em 1939, com o qual teve três filhos que lhe deram oito netos e quatro bisnetos.

Como todas as mulheres de sua época, foi normalista no Instituto de Educação, mas rompeu a tradição das mulheres de que ao formarem-se professoras estavam prontas para casar-se e ter filhos. Doutora Elisa fez tudo isto, mas enfrentou a Faculdade de Medicina, depois a residência médica no Estado de São Paulo e só deixou de frequentar os bancos escolares em 1974, quando concluiu o curso de Administração Hospitalar na Faculdade de Administração de Empresas.

Este espírito aguçado, curioso, fez da Doutora Elisa uma exemplar mulher para a medicina no nosso Estado.

Médica pioneira também no norte do Paraná. Doutora Elisa seque seu esposo para Rolândia, na década de 40, onde permanece 14 anos.

A atuação dessa médica, sem dúvida um símbolo da sua profissão, ganha projeção social também ao ingressar no Clube Sorop-timista Internacional.

Muito rapidamente torna-se sua dirigente. Em 1961 funda no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira de Mulheres Médicas e planta em todo o Brasil a semente do movimento mulheres médicas.

O respeito que vai conquistando através do seu trabalho leva-a ser indicada para o recebimento de honrarias, mas nada tirou a Doutora Elisa do seu caminho, a saúde da mulher. Nesta trilha, fundou o Hospital Santa Brígida, o qual dirigiu até 1983, sempre com uma visão revolucionária. Foi ela quem introduziu no Paraná o método contraceptivo - DIU, quando os preconceitos se voltavam contra as formas de controle de reprodução.

Fazendo escola na família, Doutora Elisa tem dois netos também médicos, o que reforça a sua imagem de seneadora da saúde e de dedicada cientista da saúde feminina, participe da comunidade e pessoa estimada por seus familiares e amigos.

PROJETO DE LEI N° 384/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Randal José Vilela Batista.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei pretende homenagear este cidadão mineiro que veio se estabelecer em nosso Estado trazendo muitos benefícios com seu amplo conhecimento nacional e internacional.

Formado pela Universidade Federal do Paraná especializou-se nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e França.

Foi merecedor de várias premiações tanto na área cultural quanto na área esportiva.

Face ao exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 385/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Artesões de Medianeira, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Artesões de Medianeira, criada em 07 de dezembro de 1984, como uma organização civil sem fins lucrativos, tem como finalidade promover ações amplas que visem a integração e a dinamização das pessoas na comunidade artesanal do município, aproximando-as como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os poderes públicos e as instituições privadas.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios de promover os vínculos de solidariedade e cooperação entre os artesões na sua área de atuação, solidificando o espírito associativo, promovendo ao máximo o aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades econômicas, culturais e sociais de seus associados.

Face às características e posturas re-

feridas, requer-se então, a declaração de Utilidade Pública Estadual da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamentava a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 386/96
A Assembleia Legislativa da
Assembleia Legislativa

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, com sede no Distrito de Água Preta e foro no Município de Lidianópolis, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

PROJETO DE LEI Nº 387/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "Branca da Mota Fernandes", do Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres "Branca da Mota Fernandes", do Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes, de Maringá, pessoa jurídica de direito privado, "é uma instituição auxiliar do Estabelecimento de Ensino e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros". (Art. 2º do Estatuto da Entidade).

A APM "Branca da Mota Fernandes" tem sua sede em Maringá, na Avenida Tuiuti, 1197, e "tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade". (Art. 3º de seu Estatuto).

Seu Estatuto está devidamente registrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos de Maringá, sob nº 703, do Livro "A"-1 - "Pessoas Jurídicas", de 23.11.81.

PROJETO DE LEI Nº 388/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a extinguir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e criar a Secretaria de Estado da Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Região Metropolitana de Curitiba adotará as medidas necessárias ao prosseguimento dos objetivos e das atividades da extinta COMEC.

Art. 2º - A estrutura interna e os regulamentos do órgão criado pela presente Lei serão definidos através de decreto do Poder Executivo "ad referendum" da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a readaptar as perbas do orçamento vigente, no que se refere ao órgão criado pela presente Lei, "ad referendum" da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Techy Filho, no Pequeno Expediente.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, aproveitando a Sessão, quero, no meu pronunciamento, falar a respeito de uma questão dos nossos produtores rurais ali na região de Prudentópolis, Imbituva, Ivaí.

"Em conversa com agricultores e produtores de erva mate, importante matéria-prima nativa, riqueza da região centro sul do Paraná, tenho recebido inúmeras queixas, quanto da comercialização do produto em vista aos recantos dos municípios da nossa região, deparei com a realidade preocupante: existem áreas de erva mate, onde os produtores não estão colhendo, devido a dificuldade de venda do produto, mesmo a preços baixos não existem compradores.

Procurei informações junto a Secretaria de Estado da Agricultura e Indústria do setor e descobri que há uma estagnação à exportação e industrialização do produto, o que torna ainda mais grave a situação do produtor.

Mobilizei em muitos municípios do nosso Estado pessoas para pesquisar o produto final ao consumidor no comércio local, bares, restaurantes, supermercados, camelôs e vendedores ambulantes e em 80% destes não foi encontrado o produto, embora dados

da Secretaria de Agricultura relatam o aumento da comercialização em 160% nos últimos anos. Deve-se acreditar que somente uma classe eletizada consome o chá mate e o produto que é de baixo custo, não foi assimilado pela população mais carente.

Há mais de um século se consome o produto mate no Brasil, e até agora poucas pesquisas foram realizadas sobre os componentes do produto. Não consegui uma análise das substâncias que compõem o mate. Genericamente sabe-se que contém cafeína e outros alcalóides com poder medicinal, pois é estimulante e proporciona bem-estar ao consumidor. Analiticamente temos informações que depois de 100 anos ou mais, está se buscando esta análise com testes biológicos em cobaias nos laboratórios da UNICAMP.

Mas ainda não temos o resultado. Como sendo um produto nosso, natural do Paraná, há necessidade de uma massificação do consumo, é necessária uma divulgação maior aos órgãos, TV, rádio, cartazes, enfim proporcionado pelas Secretarias de Saúde e Agricultura do Estado, pelo Governo, já que se trata de um produto natural, benéfico à saúde, de baixo custo e importante por ser produto nativo aqui do Paraná, merecendo toda a atenção por parte das autoridades do nosso Estado.

Tenho essa preocupação como muitos Deputados também têm esse problema nas suas regiões, e é um produto que poderia melhorar bastante a qualidade de vida dos nossos agricultores. E tenho notado que as grandes multinacionais que também comercializam o produto, (eles) não vão deixar de comercializar o seu produto básico, por exemplo os seus refrigerantes. E a gente vê nessa alternativa uma melhor comercialização e com isso dá mais qualidade até aos nossos agricultores, que têm na erva-mate muitas vezes condições melhor de sobrevivência, na venda do seu produto.

Senhor Presidente, é esse o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocélito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria da atenção dos companheiros porque o assunto que trago a esta Casa hoje, é de relevante importância para todos nós.

Estou de posse de um documento assinado pelo Diretor Geral desta Casa, e é esse documento que quero questionar. Não quero aqui em nenhum momento atacar a Presidência da Assembleia, que até por sinal tenho o maior respeito possível, e sempre que preciso tenho recebido apoio da Presidência desta Casa, que nunca me faltou, e

até acho que o que vou falar agora não passou pelo Presidente da Assembleia. E também quanto ao que assinou o 1º Secretário, Luiz Carlos Martins, que no meu ponto de vista é uma pessoa idônea, respeitada, e que não quero atacar a Mesa e nem a Presidência desta Assembleia, muito menos o seu Diretor Geral. Quero apenas que se faça justiça, para quem vem todo dia nesse Plenário e vem trabalhar.

Eu, como os Senhores sabem, moro em Ponta Grossa, não moro aqui em Curitiba, tenho ido e voltado todos os dias. Sou o 1º Deputado praticamente todos os dias aqui a chegar e sempre o último a sair. Nunca matei uma sessão. Com toda a sinceridade. Quero ser justo comigo mesmo.

Mas o que lamento, Senhores Deputados, Senhor Presidente, é que recebi uma notificação judicial em que um programa de televisão, de candidato a Prefeito, a nossa equipe colocou que o Deputado Jocélito está presente em todas as sessões, e por outro lado Deputado Plauto pediu o direito de resposta no nosso programa, alegando que era mentirosa a nossa afirmação e alegando que ele comparecia em todas as sessões aqui realizadas. Até aí tudo bem.

Mas o que me deixou preocupado é uma certidão que foi fornecida pela Diretoria Geral, que até acredito que os dados levados ao Diretor Geral e ao 1º Secretário, Luiz Carlos Martins, quem sabe não tenham sido os que realmente deviam ter sido passados, não são verdadeiros, e quero convocar os companheiros do Plenário que me desmintam então, se não for verdade o que vou afirmar aqui. Existe uma certidão que diz, que o Deputado Plauto compareceu em todas as Sessões realizadas por esta Casa, não faltou em nenhuma, nem nas Extraordinárias, nem nas Ordinárias.

Os jornais dizem, vários jornais comentam quem vem e quem não vem, é só pegar os jornais para ver quem veio e quem não veio. Agora, lamento e estou pedindo ao Presidente desta Casa, o Deputado Aníbal Khury, que tome providência, porque o Parlamento no meu ponto de vista, não pode, o Parlamento que faz Leis, não pode fornecer uma certidão dessa, e os Senhores Deputados são sabedores que o Deputado Plauto comparece em poucas Sessões aqui. Agora se ele está na Casa eu pergunto aos Senhores: adianta o Deputado estar na Casa e não estar no Plenário? É justo isso?

Quero perguntar, porque não sou um experiente Deputado, sou um jovem que assumiu há um ano e nove meses, mas quero perguntar em respeito a quem veio aqui no Plenário, em respeito a quem vem toda a tarde aqui, ao Deputado Alborghetti que vejo sempre aqui, ao Deputado Caíto Quintana, a tantos outros Deputados que aqui vêm diariamente, aos companheiros que com-

parecem às Sessões.

Agora, eu me pergunto: a Assembleia, será que pode fornecer uma certidão dessa? De onde veio essa informação? Gostaria que a Presidência dissesse a nós se é verdadeira essa certidão? Está assinada? Quem passou esses dados, que para mim não são verdadeiros, porque estou todo dia neste Plenário e estou em campanha em Ponta Grossa. Não faltei, estou aqui e não fico dez minutos na Sessão, fico aqui o tempo inteiro. Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria inclusive, o Regimento Interno desta Casa, Artigo 66, fala que:

"Sempre que estiver fora da Assembleia no exercício das suas funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo Único - O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º Secretário, quando por delegação do Presidente, estiver em representação da Assembleia".

Senhores Deputados, requisito o Horário do PSDB, Senhor Presidente, para continuar o meu raciocínio. Dia quinze, agora, o Deputado Plauto, não estou querendo agredir o Deputado Plauto, que é meu concorrente em Ponta Grossa, pelo contrário, estou querendo fazer justiça para quem esteve nesta Casa. O Deputado Plauto protocolou e vai ser lido hoje na Ordem do Dia, a sua licença, a sua licença para concorrer a eleição em Ponta Grossa, vejam a data da licença que vai ser apresentada hoje.

Já li, ali na Mesa que dia foi. E pergunto aos Senhores: quem que viu o Deputado depois da volta do recesso nesta Casa? Neste Plenário? Não quero atacar, quero que o direito de eu ter vindo aqui, comparecido, seja respeitado porque eu faltei em muito poucas Sessões e faltei por justificativa, três ou quatro Sessões, em um ano e nove meses e eu moro em Ponta Grossa vou e volto todo dia.

Não quero atacar ninguém, Senhor Presidente, nem o Secretário que deu visto, Secretário Luiz Carlos Martins que deu visto nessa certidão, nem ao nosso Diretor Geral com quem tenho o maior respeito possível que tem sido uma pessoa muito boa para mim nesta Casa, tem sido meu amigo como o próprio Presidente que quando me falta experiência, ele é o primeiro a me ajudar a resolver os meus problemas. Mas, quero saber de onde partiu essa informação? Esta informação no meu ponto de vista não é justa.

Estou requisitando o Horário do PSDB, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido o Horário do PSDB, a Vossa Excelência.

O SR. JOCELITO CANTO - Só gostaria de encerrar Senhor Presidente, porque essa certidão faz parte de um processo judicial, um pedido de resposta, requerido pelo Deputado Plauto e a sua coligação contra a minha pessoa em Ponta Grossa e que o Juiz vai julgar baseado nisso aqui. A Assembleia tem o documento e o Juiz vai julgar baseado nesse documento.

Então, me pergunto: meu Deus do céu, se a Casa de Leis dá um documento desse, estou preocupado comigo mesmo.

Compareci, estive, não falhei. Não estou aqui para agredir ninguém, só quero o direito justo para os companheiros que aqui vêm, porque senão não adianta mais vir aqui, vou largar de ser Deputado, vou para casa.

O SR. DR. ROSINHA - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Acho que essas questões de saber se Deputado falta ou não é difícil porque tem que ser feito um levantamento no Diário Oficial da Assembleia Legislativa em todo o período. Sugiro a Vossa Excelência que folheie já o Diário Oficial publicado e vai constatar. Agora, uma coisa, por exemplo na data de ontem teve chamada nominal, também dá para pegar a chamada nominal de ontem, uma vez que o Senhor está precisando de justificativa para responder uma ação judicial.

Agora, o que me leva a pedir o aparte é solicitar à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa que tome os devidos cuidados, uma vez que foi fornecido esse tipo de documento, e é fácilimo de acabar com isso, é só colocar o painel eletrônico para funcionar, a hora que funcionar como funciona no Congresso Nacional acaba-se essa questão se está presente ou se está ausente. Não quero aqui julgar se o Deputado Plauto esteve presente ou ausente, mas é um complicador, até porque a gente sabe que uma vez ou outra nós nos ausentamos de uma Sessão, e aí nessa situação fica difícil dizer que qualquer Deputado nunca tenha tido ausência no Plenário.

Mas a minha sugestão à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa é que o painel eletrônico, que custou caro a este Parlamento e ao povo do Paraná, comece a funcionar, aí registra a presença e registra resultado de votação.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito obrigado Deputado Rosinha pela sua colocação.

Sr. Presidente, gostaria de encerrar então a minha participação pedindo a esta Casa - não sei de que forma pode ser feito isso - que seja feita essa contagem das presenças ou não, porque sou a maior testemunha, sou a maior testemunha de que o

Deputado não esteve aqui, esteve poucas vezes, sou testemunha. E os companheiros também são testemunha.

E gostaria que nós, da Casa de Leis, os Deputados que representam o povo do Paraná, estou fazendo isso agora não por questão política agora na eleição, mas por respeito a mim que compareci às Sessões e aos companheiros que aqui também vieram. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Luis Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Concordo em número, gênero e grau com o Deputado Rosinha porque o Parlamento é um sacerdócio. Como vive aqui o Deputado Anibal Khury há tantos anos, aliás, a casa do Deputado Anibal Khury, a casa do Deputado Luis Carlos Martins, a casa do Deputado Alborghetti e da maioria dos Srs. Deputados. Isso aqui para mim não é um Parlamento, isso aqui é a minha Casa. Estou aqui cedo, a tarde, às vezes tenho que pedir para abrir a guarita para sair porque isso aqui, quem nasceu para ser Deputado transforma, como o Deputado Nelson, me perdoe estou com óculos, não enxergo de longe, é um sacerdócio. Quem nasceu para ser Deputado vai ser Deputado a vida inteira. Invoco aqui o testemunho de um grande amigo que tenho neste Parlamento, Deputado Caíto Quintana. O Deputado Caíto Quintana sabe da minha vida, entra o recesso eu cruzava com o Deputado Caíto para cima e para baixo. Então, é um sacerdócio isso aqui.

Agora, me encontro com o Neivo, com todos os Senhores aqui, o Deputado Rosinha então é um sacerdócio como eu. Invoco o testemunho do Deputado Rosinha, posso invocar o testemunho do Deputado Florisvaldo Fier nesta Casa. Estou aqui há quatro anos secretariando esta Casa, ao lado do Deputado Nelson Garcia e sei que, às vezes tem alguém que não fica no Plenário, mas fica dentro do seu gabinete, atendendo as suas lideranças. Às vezes você não está aqui, mas você está numa Secretaria de Estado; você está acompanhando um prefeito; Deputados, de outras cidades, por exemplo, têm que acompanhar um vereador. Por exemplo, ontem, tive de acompanhar um vereador londrinense e fui resolver alguns problemas, que ele me pediu. O de Rolândia, também me procurou. Então, às vezes, você não está no Plenário, mas está na sua Casa, que é o gabinete. Às vezes, o Deputado Belinati pode não estar aqui, mas está no seu gabinete. A Deputada Irondi e até você, Deputado Jocélito, podem não estar aqui, mas estão nos seus gabinetes.

Então, acho que o Dr. Florisvaldo Fier disse, Deputado Jocélito, é só pedir a Chamada Nominal de ontem, e V.Exa. vai saber quem esteve ou não esteve nesta Casa.

Queria também fazer um desabafo e pedir aos Srs. candidatos a prefeito, quero pedir particularmente ao Deputado Antonio Belinati, que é candidato a prefeito da minha cidade, quero pedir aos candidatos a prefeito de Curitiba, que me adotou, que afinal de contas o Deputado Antonio Belinati fez vinte e cinco, vinte e seis mil votos em Londrina. Fiz vinte e sete mil. Se ele assumir a prefeitura, serei o seu Deputado, queira ele ou não queira, serei o Deputado de V.Exa.. Sei que V.Exa. talvez não precise de mim, mas V.Exa. sabe que vai ter em mim um Deputado sério, honesto e com a cara limpa.

Queria pedir ao Deputado Antonio Belinati, ao Deputado Ângelo Vanhoni, ao Deputado Carlos Simões, ao Jocélito, ao Plauto, aos candidatos a prefeito, pelo amor de Deus, criem um programa de ação social nas suas prefeituras, como a "Farmácia do Povo", para atender aqueles que precisam comprar medicamentos, Deputado Caíto. Cuido de quinze crianças com câncer de pele e provo. E provo. Duas delas são de Prudentópolis, da terra do Deputado João Techy Filho. Uma menina de quinze anos. Ela vem buscar todos os meses o medicamento Tiquazon, no meu gabinete.

E, hoje, me revoltei, porque fui à farmácia (não vou fazer a propaganda da farmácia). No mês passado o Tiquazon, que eu forneço a estas quinze crianças com câncer de pele, Deputado Orlanilo Pessuti, que estão registradas no meu gabinete. Não sou Governador, não sou ministro e nem Secretário, mas no mês passado estava cento e trinta e dois reais uma caixa de comprimidos de Tiquazon, Deputado Caíto, Deputado Belinati, Deputado João Evaristo, ex-Secretário. Hoje, mandei comprar a mesma caixa, está cento e setenta reais. Fiquei revoltado no meu programa de televisão e fiz um apelo a todos os candidatos, como faço um apelo ao Deputado Tavares, que também é candidato a prefeito, em Londrina, a todos os Srs. Porque vai entrar uma lei cobrando CPMF. Tudo o que pinta de novo em Brasília, pinta sempre nas costas do povo. Vai ser dinheiro para a Saúde. Pedi ao Deputado Mar, ao Deputado Luciano Pizzatto, ao Deputado Haully, ao Deputado Antônio Ueno, que intercedessem, Deputado Chab, no Ministério da Saúde, em Brasília, que me mandasse os medicamentos Tiquazon, para as crianças que estão com câncer na pele. Sabe o que me responderam, Deputado Tavares, que não têm medicamentos e não têm verba para comprar.

Vou usar o horário do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro. Tenho 15

crianças, Senhores, não minto, tenho 15 crianças lá no meu Gabinete com câncer na pele, que tenho que tratar. E está no meu carro, aí 15 caixas de Tigason para entregar para essas crianças, está aí no carro, parado na porta dessa Assembléia. Agora, não posso entender que País é esse.

Então eu queria fazer um apelo a todos os candidatos a Prefeitos, pelo amor a Cristo que os Senhores têm no coração, se os Senhores têm Cristo na alma - tudo bem que haja saneamento básico, que tenha que fazer creche, que tenha que fazer escolas, pensar na educação, mas a saúde em primeiro lugar, saúde. O povo pára num hospital para pedir um medicamento, é mentira. E quando sai agora, Deputado Tavares, ligaram para mim na Secretaria - olha, avisa o Deputado que nós podemos arrumar algumas caixinhas de Tigason.

Quer dizer, primeiro eu tenho que vir aqui em Plenário meter o pau para conseguir o medicamento. Aí eu mandei um funcionário meu que chegou lá e disse: "vim ver se tem o medicamento Tigason", eles responderam: "não, não tem". Fui para a televisão, "dei um cassete violento", apareceu o medicamento.

Então, queria fazer um apelo a V.Exas., quando assumirem as suas Prefeituras, pensem na saúde do povo, o povo não tem dinheiro para comprar remédio.

O Sr. Antônio Belinati - Deputado Alborghetti, primeiramente quero parabenizar V.Exa. pelo discurso que faz, extraindo cada palavra do seu coração, da sua alma. E dizer que Londrina e o Paraná jamais poderão prescindir do extraordinário trabalho humanitário, cristão, abençoado por Deus, que V.Exa. realiza em favor das camadas mais pobres.

Milito na vida pública, cumprindo o mandato conferido pelo povo há 28 anos. E posso testemunhar aqui que V.Exa. nesses 28 anos que estou na vida pública através do voto popular, vejo, em V.Exa. a maior autoridade em fazer assistência social. Não conheci, nesses 28 anos nenhum outro homem público que tivesse dedicado tanto da sua vida, tanto do seu amor, da sua bondade, da sua caridade, como o Deputado Luiz Carlos Alborghetti em favor dos pobres, dos carentes, dos oprimidos.

Continue, sobre a bênção de Deus, nesse trabalho, Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar. Nesse exato momento. Deputado Tavares, está no meu Gabinete, começo a entregar agora, 250 óculos para 250 crianças, não são idosos não, crianças, Deputado Tavares, que não têm, Deputado Chab, dinheiro para ir ao oftalmologista, comprar o óculos.

Tem uma mãe aqui no meu Gabinete, se os Senhores forem lá agora - e o Deputado Basílio Zanusso é testemunha, que ontem me chamaram de Deputado "pé de chinelo", eu sou pé de chinelo, com muito orgulho, sou pé de chinelo, mas fui eleito pelo voto do povo, não comprei um voto, não tive um Prefeito no Paraná que me apoiasse, não tive ninguém que me apoiasse, quem me apóia é o povo.

E uma mãe chegou para mim no Gabinete agora, e falou: Deputado Alborghetti, a minha filha vai poder ir a escola agora! Vai poder ir a escola - Deputado Chab - eu estava ouvindo o seu Programa hoje de manhã e me lembrei de comentar isso com o Senhor. E a mãe disse, a minha filha vai poder ir à escola agora, poder enxergar o quadro negro. Quer dizer, ela tinha parado de estudar porque não enxergava o quadro negro, porque a mãe não tinha dinheiro para fazer o óculos. Eles dão a receita, mas, o mais importante não dão.

Então, não adianta arrecadar dinheiro de imposto, se esse dinheiro não for revertido para as próprias famílias que necessitam desse dinheiro na área de saúde.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Alborghetti, gostaria de lhe cumprimentar. Acho que V.Exa tem razão, e agora descia pelas escadas como faço até para me exercitar, e vi no seu Gabinete uma grande fila de pessoas que realmente estão aguardando realmente estão aguardando a sua obra social.

Gostaria de dizer a Vossa Excelência que quando apenas radialista, sempre tive uma grande admiração por seu trabalho. Sempre acreditei que Vossa Excelência usou sempre os recursos que recebeu para ajudar as pessoas. E tanto é que uma das minhas bandeiras para me eleger Deputado Estadual foi essa, de que eu seria Deputado para fazer um trabalho semelhante a que Vossa Excelência faz. Gostaria de lhe cumprimentar e dizer que é muito bom saber que o senhor aplica os seus recursos em favor das pessoas. Sou da mesma linha. Não me elegi com Prefeito nenhum, me elegi com o povo e a nossa campanha sempre será assim, com o povo. Mas quando ganharmos as eleições temos que atender também o povo.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, espero que Cristo, e tenho um hábito na minha vida, de nunca ter Cristo atrás da minha cama, no meu escritório, Cristo está sempre na minha frente, porque sempre converso com ele. Eu, minha esposa que está no meu gabinete me assessorando, que é professora, cursou uma Universidade e não pode dar aula, abandonou o magistério para me assessorar, ela é que

cuida do meu trabalho de cidadania e ação social, porque eu não faço assistência social, porque eu não sou formado em assistente social, quem faz assistência social é o Assistente Social. O político tem que fazer ação social e cidadania.

Nos meus encontros quando converso com Cristo que habita a minha alma, habita o meu ser, habita as minhas entranhas, desabafo com ele, nos bons e nos maus momentos. Pego a Cristo, que ilumine a cabeça de todos os Deputados desse Parlamento, são 53 Deputados e uma Deputada. Todos aqui são honrados, defendo muito esse Parlamento, e o Deputado Orlando Pessuti sabe disso, defendo com unhas e dentes esse Parlamento, são Deputados sérios que tem aqui dentro. E defendo mais ainda, e vou defender mais ainda conversando com o meu Cristo, que ilumine a sua cabeça Deputado Antonio Belinati, ilumine a cabeça de todos vocês. Quando vocês se elegerem, pelo amor a Cristo, pensem principalmente três coisas básicas que tenho sentido pelo meu Paraná, habitação, saúde e saneamento básico. 70% dos municípios do Paraná não têm rede de água e esgoto, têm privada. Então isso é de fundamental importância para os senhores candidatos e os senhores que serão eleitos no dia 03/10.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Bevilácin) - Essa Presidência quer anunciar a presença com muita satisfação do nosso Secretário de Estado João Evaristo, e quer conceder a palavra no Grande Expediente, ao nosso vice-Presidente Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Temos nesta Casa, diversos colegas que são candidatos em inúmeros municípios do Paraná, no cargo maior de cada domicílio seu, que é o cargo de Prefeito Municipal.

Nós que já passamos nesta Casa pela primeira vez em 1974, saímos dela para assumir a Prefeitura de Ponta Grossa, sempre pautamos durante a nossa caminhada política nas disputas dos cargos que nós pretendíamos e que o povo nos referendou por uma linha de proposta, uma linha de dignidade e uma linha de honestidade. Onde nunca em momento algum faltamos com a verdade. Assim foi o Belinati, quando saiu e foi o nosso Deputado eleito Prefeito de Londrina assim foi inúmeros e dezenas de homens públicos que têm responsabilidade.

E hoje, quando nós temos mais de uma dezena de companheiros disputando o cargo de Prefeito e de vice-Prefeito é, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com sentimento, pois realmente nós não esperávamos que acontecesse, mas infelizmente aconteceu. Na minha cidade de Ponta Grossa, um

dos candidatos, um dos nossos colegas desta Casa vai ao programa de televisão, vejam os Senhores e a imprensa aqui credenciada que, honestamente, e, num sentido imparcial tem da Presidência do Deputado Anibal Khury, da Secretaria do Deputado Luiz Carlos Martins e do nosso 2º Secretário Nelson Garcia em mãos, todas as posições que os Senhores Deputados recebem como subsídio nesta Casa.

Mas, um desses colegas nossos vai a um programa de televisão do Tribunal Regional Eleitoral e, pasmem os Senhores, lá numa mancheta colocada, diz que ele chega nesta Casa recebeu em fevereiro de 1995 a importância de quatro mil e poucos reais como convocação. Recebeu neste mesmo mês quatro mil e poucos reais como vencimento. E, ele andando aqui na Casa descobriu que tínhamos, os Deputados, uma verba de assistência social de perto de dois mil reais, e no programa ia colocando um abaixo do outro. E, que também, ele descobriu nesta Casa que tinha uma verba de ressarcimento de mil e poucos reais. E, ele continuava no seu demonstrativo somando de que, cada um dos Senhores Deputados tinha doze cargos; doze cargos e que, numa somatória de vencimentos daqueles cargos dava um patamar de sete mil reais.

Fechava este Senhor Deputado nosso colega, a réquema embaixo, um traço e somava tudo, faltando com a verdade. Dizendo que, o Deputado desta Casa ganha vinte mil e oito reais. Faltou com a verdade. Faltou com a verdade. A verdade aí está. Aqui se encontra a verdade estampada desde o mês de janeiro de 1995, fevereiro, março, abril, maio eu entrego para a imprensa, para os Senhores Deputados e pego o testemunho desta Casa. Quem recebe os salários são os funcionários do gabinete. Se, esse Deputado é diferente eu não sabia. Nenhum Deputado do Paraná. Nenhum. Nenhum recebe vinte mil e oito reais.

Além disso, Senhor Presidente, estou requerendo que, o Juiz Eleitoral de Ponta Grossa mande a esta Casa as fitas deste programa do dia 14 e do dia 16 para, a Mesa Executiva, a Procuradoria desta Casa responsabilizar aquele que não tem proposta e vem denegrir o Poder Legislativo como um todo. Porque, se ele falasse dele, que ele recebe vinte mil e oito reais eu não estaria aqui. Não tenho nada a opor quanto a posição que ele exerce o seu mandato.

Mas, dizer que todos os Senhores Parlamentares do Paraná e, continuar dizendo nos seus comícios, nas suas andanças é uma falta de verdade. É realmente uma pessoa que não honra o mandato que nós possuímos. Porque isso não é verdade. Mas, quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados dizer que, naquela somatória astronômica o Senhor Deputado manda estampar e coloca al-

quins adendos ainda de que, cada um dos Senhores recebeu até a presente data 500 mil dólares.

Meio milhão de dólares recebeu cada um dos senhores. Não recebi isso. Indago a este Plenário, quem recebeu? Quem recebeu 500 mil dólares? Falta de verdade, falta daquilo que sobra nos outros candidatos que é dignidade e respeito aos seus companheiros e a todos nós que representamos o Paraná. Quero, depois das fitas que seja levada à nossa comissão de ética, à nossa CCJ e que seja responsabilizado aquele que falta com a verdade, denegrindo a imagem do nosso presidente e de todos nós, Deputados. Quero dizer que nesta Casa, é a terceira vez que me assento como Deputado Estadual. Fui vereador por duas vezes na minha cidade de Ponta Grossa, fui prefeito da minha cidade e nunca vi, durante toda a minha vida pública, falta de personalidade em alguém que tenta chegar a um cargo, denegrindo os 53 companheiros, inclusive eu, deste Poder Legislativo.

Não poderíamos, quando uma disputa eleitoral é igual a um jogo de futebol, quando uma disputa tem que ser em um campo onde o respeito, a dignidade, a seriedade seja igual nas Olimpíadas. Que vença o melhor, mas não use argumentos falsos e mentirosos. Que vença aquele que tem respeito pela família do Paraná que são os representantes, mas nunca mentir que um Deputado ganha vinte mil e oito reais e além do mais, Deputado Luiz Carlos Alborghetti que é nosso amigo, Deputado Carlos Simões, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Antonio Annibelli, Pessuti, que vocês fazem assistência social há muitos e vários anos, seja como vereador ou como Deputado e não estão devendo nada para ninguém, faltando com a verdade e dizendo que aplicaram na assistência social. Todos fazemos.

Eu próprio dei a minha verba, dei dinheiro, mais de 5 mil reais para a Santa Casa. Dei para a União Cívica de Ponta Grossa, de combate ao câncer, mais de 4 mil reais. Comprei uma Kombi e dei para a Associação Ponta-grossense de Assistência à Criança Defeituosa. Dei inúmeras coisas, cadeiras de roda, dei para creches, asilos, para todas as instituições mas não estou devendo nada para ninguém e não conheço Deputado nesta Casa que deva para alguém e não pague conta, sendo gigolô da miséria alheia. Nenhum é, nenhum desta Casa. Não conheço, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, que é um dos homens mais caridosos. Ali está o seu andar, filas e filas. O próprio Rosinha, o Nerone, o Colombo e o Péricles de Ponta Grossa, mesmo dividindo o seu salário com o partido que ele representa, é um homem que faz assistência social nas suas possibilidades, mas não deve nada a ninguém em nome

dos pobres.

Quero que este Paraná fique conhecendo a verdade, a verdade dos subsídios, a verdade da assistência social. Fazem assistência social, todos os Senhores Deputados e faltar com a verdade e por causa da desgraça alheia está devendo, é realmente, falta daquilo que sobra em todos os Senhores e Senhora Ironi Pugliesi.

Cedo aparte ao Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Como não devo nada a ninguém, o meu salário neste mês foi de 4.860 reais. Extraordinárias: recebi um cheque de 390 reais, Reembolso: 3.140 reais. Ação Social: 3.150 reais. O reembolso e a ação social repasso ao caixa de ação social do meu gabinete. O salário é meu e do meu gabinete. O salário é meu e não devo satisfação nenhuma a ninguém. Só devo satisfação ao povo que me elegeu.

Quando pegou fogo a Assembléia Legislativa que fui o segundo a chegar aqui, na hora do incêndio, quando foi para fazer a declaração do Imposto de Renda - Vossa Excelência se recorda - não tinha dados para se fazer a declaração do I.R. dos Senhores Deputados. Fui ao meu contador e requisitei todos os meus contracheques do ano que pegou fogo, passei à Diretoria Geral e através dos meus contracheques é que foi feita a declaração do I.R. dos Senhores Deputados. Vossa Excelência sabe disso: entreguei na sua mão, o Caxias estava presente - que é da Diretoria Legislativa. Trouxe todos os contracheques e passei-os para a Direção da Casa. E através deles fiz minha declaração do I.R. junto com minha firma de propaganda e a minha produtora de vídeo. Do que ganhei, não ganhei 500 mil dólares.

Primeiro não roubo o salário dos meus funcionários! Se eu fizer isso sou ladrão. Cada funcionário meu tem um salário dentro do gabinete e se eu meter a mão num salário desse é porque não tenho vergonha na cara! Sou ladrão! Dependo dos funcionários para sobreviver. Não sou Deputado sozinho, sou Deputado com uma equipe de trabalho. Não roubo de funcionário da Casa, não dependo de funcionário para viver! E calculando meu I.R. que mandei levantar, hoje, recebi o ano passado 97 mil reais do meu salário de Deputado Estadual.

Então quero dizer a Vossa Excelência, - com todo respeito que tenho pelo Deputado Jocelito Canto -, dos salários que recebo, não de extraordinárias, de reembolso, de ação social que repasso ao meu caixa, não tenho culpa se o povo bate à minha porta, não tenho culpa se sou procurado, não tenho culpa se dezenas de dezenas de seres humanos batem à minha porta! Não vou

fechar a porta do meu gabinete para quem quer que seja. Então o que ganhei de salário ano passado foi em torno de 94 a 97 mil reais. Não recebi 500 mil dólares o ano passado desse Parlamento.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Concedo aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Na verdade, Deputado Zuk, estamos tristes. Tristes pelo fato que Vossa Excelência está relatando na tribuna da sessão de hoje. No momento e no instante em que toda força política do Brasil inteiro tenta recuperar sua imagem diante da opinião pública, Vossa Excelência traz à tona e relata na sessão de hoje, um triste acontecimento ocorrido num dos programas eleitorais na sua querida Ponta Grossa.

Enquanto nós, homens públicos, enquanto nós, políticos, não tivermos vergonha na cara jamais vamos resgatar a credibilidade que é a coisa mais digna e mais justa que um homem pode ter, que é a sua honradez e a sua honra. Não recebi e nenhum Deputado também tem recebido 500 mil dólares neste mandato. Não recebi e acredito que nenhum Deputado tenha recebido ou está recebendo 20 mil reais por mês.

É triste que estes fatos sejam transmitidos para a sociedade, de um município com objetivo único de conquistar votos. Devemos separar exatamente a questão política e ação parlamentar; devemos separar amizade e política, enquanto nós, homens públicos, enquanto nós, parlamentares, de nós, políticos. Senhor Presidente, não tentar resgatar a nossa credibilidade, jamais podemos nós cobrar da sociedade paranaense, da sociedade brasileira, um respeito pelas pessoas que exercem um cargo público.

Por isso, Deputado Zuk, somos solidários ao seu pronunciamento e mais do que nunca sou solidário com todos os Deputados desta Assembleia Legislativa, porque quero ser digno, quero ser justo comigo e com os meus companheiros, e não posso admitir de forma alguma que o Deputado Plauto Miró Guimarães, no momento em que ele é candidato a Prefeito da Cidade de Ponta Grossa, venha aqui um Deputado querendo denegrir a imagem dele, porque tive o prazer e o privilégio de conhecer o Plauto antes de ser político, sei da sua tradição e sei da tradição da sua família, não só como homem de família, mas como homem público, na sua cidade, Deputado Zuk, e o Plauto hoje, acima de tudo, saberá honrar os seus eleitores que o trouxeram aqui na Assembleia, e a certeza que Ponta Grossa haverá de escolher aquilo que é de melhor para a sua cidade.

Não posso me conceder, e não posso ficar calado, porque sou líder do meu Partido, do PFL, e não posso admitir que nenhum Deputado queira denegrir a imagem de um Parlamentar do nosso Partido injustamente. Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós aqui não estamos e nunca quisemos posicionar em termos municipais ou de eleição municipal. Nós aqui nos encontramos para defender esta Casa, de faltas com a verdade. A sociedade, não só da minha cidade, nem da região aonde alcança a TV Esplanada, que gera a imagem local da nossa televisão. Mas, não poderia eu, também em termos de Paraná, aonde todos os Senhores representam este Poder, deixar que realmente fatos como esse, que tem interesses outros, que não espelham a verdade, que são realmente enganosos e que partem de doença ou de cabeças doentias, aonde não se pode de maneira alguma se posicionar num patamar de rendimentos, que não é aquele que é estampado a cada um dos Senhores, nos contracheques e nas declarações do nosso Diretor Financeiro.

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, perante o Paraná, dizer que vocês, e nós todos estamos aqui, e não fomos nós que fizemos os salários que nós estamos recebendo. Recebemos dentro da lei aquilo que realmente o Deputado Federal recebe e temos um percentual deste recebimento a ser feito aos Deputados Estaduais de toda a Nação brasileira.

E aqui no Paraná, quando infelizmente, um membro desta Casa que veio de uma forma, vai sair de outra, porque agora os Senhores sabem porque veio. Veio realmente para tentar denegrir a imagem deste Poder faltando com a verdade, dentro de um programa eleitoral, em entrevistas de jornais que aqui estão. Promete mostrar onde aplicou quase 500 mil dólares. Se você erra, se você não sabe somar, se você não tem um aprendizado bom e realmente não tem a faculdade de pensar e errou, não poderia continuar no erro, insistindo naquilo que não é verdade.

Por isso, o Paraná e o Poder Legislativo, nós estaremos resgatando a verdade, através das fitas que solicito, através de um Requerimento ao Juiz Eleitoral da minha cidade, para que esta Casa, depois de ver, analisar e concluir qual é o melhor caminho, acredito e tenho a certeza e respeito a decisão desta Casa, que pessoas desta natureza deverão se recolher de onde vieram para não denegrir a imagem de toda uma centena ou mais de anos que tem este Poder Legislativo, de ser um Poder limpo, correto, honesto, sério e composto por gente séria.

Finalizo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizendo que voltaremos tantas vezes quantas forem necessárias para desmentir, para mostrar e principalmente pelo respeito a todos os Partidos, ao nosso Toti Colaco, que ingressa hoje como candidato, respeito ao Sérgio Spada, ao Belinati, o respeito ao Romanelli, o respeito ao Vanhoni, o respeito ao Carlos Simões, o respeito a todos que, indistintamente, como o Marquinhos Alves, estou mostrando que homem público é aquele que apresenta proposta, homem sério é aquele que convive com uma família, igual a este Poder Legislativo.

E, me antecedia nesta tribuna o Luiz Carlos Alborghetti, quando pedia o não dos 53 Senhores Deputados e da Deputada Ironi Pugliesi, para que este Poder, que realmente estão em mãos competentes e honestas do Anibal Kury, continue a ser o Poder que é, mas que infelizmente possuímos no nosso meio uma pessoa despreparada para a função aonde chegou.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Horário das Lideranças.

PFL. PTB. PT.

(Declinam).

PMDB com a palavra. Deputado Toti.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria apenas e tão somente comunicar a Casa que no final da semana passada protocolamos no Fórum da Comarca de Irati, a minha candidatura a Prefeito do meu Município.

Então, estou comunicando aos demais Senhores Deputados, que estarei disputando uma vez mais a Prefeitura do Município de Irati, atendendo principalmente uma chamada da população de lá, que fez, em função da renúncia do nosso candidato e me colocaram numa situação de não poder dizer não ao município, à terra onde moro e vivo, trabalho e represento.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Queria dizer ao Deputado Toti e aos demais companheiros, que para nós, seus colegas, integrantes da mesma Bancada e que têm em você, Toti - me desculpe dirigir-me desta forma que é pouco parlamentar - um grande companheiro que, como nosso Líder, tem tido uma postura extraordinária de união do nosso Partido. Você recebe esta colocação do PMDB de Irati e humildemente, como o mais simples militante do Município de Irati, aceita esta tarefa de ser candidato a Prefeito, de disputar as eleições e ganhar essas eleições, e ser um Prefeito à altura de Irati, como você já foi.

Acho que os homens públicos verdadei-

ros, aqueles que têm história, que fazem a história da política - Irati já fez grandes homens para a política paranaense - você seguramente dá esse exemplo para todo o PMDB com a sua simplicidade e com a sua humildade de aceitar essa candidatura, honrar bandeira do nosso Partido, disputar e ganhar essas eleições e nós, seus colegas, colegas de Bancada, temos grande orgulho de sua postura e da sua coragem de enfrentar esta parada, porque graças à Deus podemos ter você como nosso Líder aqui nesta Casa, e sabemos do seu valor.

Meus parabéns, vá em frente e que Deus o proteja.

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado, Deputado Romanelli!

E também, para comunicar a nossa Assembleia que essa candidatura minha, fizemos uma coligação, já havia sido feita na candidatura anterior, e temos como companheiros de coligação os Partidos do PTB e PSDB, é o grupo Político nosso lá de Irati. Alguns poucos adversários meu dentro de Irati achavam que o Toti não seria capaz de renunciar no final do ano o seu mandato para ser novamente Prefeito de Irati. E para eles foi uma surpresa muito grande porque, quando me decidi em ser candidato automaticamente já me preparei para renunciar o meu mandato no final do ano de Parlamentar, porque tenho certeza absoluta que vou ser o Prefeito de Irati. Por outro lado é claro que isto também gera alguns dissabores, tenho uma pequena emissora de rádio lá e aos sábados trabalho das 8:00 até às 15:00 horas da tarde, mas a partir do meio-dia até 15:00 horas presto conta do atendimento que dou no meu escritório em Irati, que atendo a parte social, dos trabalhos que acontecem aqui na Assembleia Legislativa, do meu trabalho, das Lideranças dos Partidos, do que acontece enfim aqui na Assembleia no sábado presto conta deste meu trabalho lá. E automaticamente isto ninguém reclamou até o presente momento, até achavam bonito um Deputado trabalhar no sábado, até a tarde, prestando contas e atendendo o povo, principalmente o povo carente. E agora para surpresa do Toti, para surpresa de Irati, os meus opositores estão pondo em cheque a minha candidatura, ameaçando inclusive de que sou inelegível em razão de que no sábado anterior à renúncia estava vago o cargo, não era candidato, nem estava cogitado o meu nome, trabalhei um sábado atrás, no começo do mês, e em razão disso me parece que estão tentando impugnar a minha candidatura. Quero lamentar esta atitude, inclusive com o maior respeito ao Parlamentar que acompanha a parte contrária lá, mas vou continuar candidato lá, se possível vou disputar na justiça, se por-

ventura realmente assim o faço porque não posso entender, eu não era candidato, foi um fato superveniente, conheço pelo menos parte da lei, e automaticamente a justiça vai esclarecer esta possível impugnação.

O Sr. Valdir Rossom - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Toti Colaço, Vossa Excelência sabe muito bem que sempre prestei por um respeito muito grande pela sua pessoa, mas é natural que como líder do PDT tenho que defender o meu Partido, e o meu Partido faz parte de um outro grupo político em Irati. E a única coisa que queremos Deputado Toti Colaço é disputar as eleições dentro da lei. E quero deixar claro aqui a minha posição como líder do PDT e como defensor do nosso grupo Político em Irati, por duas questões que também devem ficar claro aqui nesta Casa, primeiro: o ex-Prefeito Alfredo renunciou a sua candidatura porque sabia que seria impugnado pela justiça eleitoral. Segundo: estamos entrando na justiça para que a justiça dê o seu pronunciamento para vermos se Vossa Excelência pode ser candidato, porque nós, interpretando a lei, achamos que Vossa Excelência é inelegível por não ter se desligado sessenta dias antes das eleições. Caso estejamos errado o Senhor, Vossa Excelência será um grande adversário. Mas o que queremos é disputar as eleições dentro da lei. Só esperamos Deputado Toti Colaço que esta não seja mais uma artimanha política criarem um terceiro candidato para vencer as eleições e o nosso candidato, que é um homem honrado, um homem de respeito e, que deve disputar as eleições, sem sombra de dúvidas, sem nenhum privilégio, mas dentro da lei. Acho que isso, é um direito que lhes cabe e estou exercendo o direito que tenho dentro da lei, como líder do PDT.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. José Tavares - Se Vossa Excelência permitir, gostaria de acrescentar, que Vossa Excelência está exercendo a liderança do PMDB e discuto as eleições com o PMDB, em União da Vitória. E se estivesse, dentro da sua interpretação, fora da lei, Vossa Excelência teria todo o direito, como líder do PDT, de defender os interesses de seu partido. Seria, um que defenderia os seus interesses, como líder do seu partido.

(Vozes paralelas. Tumulto no Plenário)

Apenas, para dar a minha modesta contribuição a essa discussão, esta lei, que trata da desincompatibilização de homens de rádio e de televisão foi votada no tempo, em eu que estava na Câmara dos Deputados e ajudei a redigi-la. E, nosso espírito,

na época, é bom deixar bem claro, aqui, como testemunha, foi de afastar do rádio e da televisão, homens e comunicadores, candidatos e prefeito, a qualquer cargo eletivo. E, o Deputado Toti não é homem de rádio ou de televisão. Ele é um parlamentar, proprietário de uma emissora e não era candidato. E, o que é mais interessante, o fato superveniente, o fato que aconteceu, que não dependeu desta vontade, que para ele, ele não contribuiu, que foi a renúncia do candidato Alfred, isso aconteceu posterior ao período da desincompatibilização.

Portanto, Sua Excelência não tinha, que previamente, licenciar-se de nada, porque não era candidato a nada. Seria, como se houvesse aí, um caso de morte do candidato e, que se tivesse de preencher a lacuna, a vacância, a abertura da vaga. E, o Deputado Toti, que não era candidato em nenhum momento e nunca deixou de tornar clara essa sua posição, foi chamado pelo partido, pelos companheiros, pela sociedade, para preencher aquela vaga.

Portanto, não há que se exigir dele o cumprimento de um dispositivo legal, que para o qual Sua Excelência sequer tinha que se preocupar. Porque os sessenta dias anteriores a eleição, que fala a lei, é exatamente para aqueles que fazem do rádio e da televisão a sua produção. Para evitar que haja uma concorrência, vamos assim dizer, desleal. É muito mais forte, desigual, é o termo mais simpático, mais adequado, porque concorre com muito mais força o Carlos Simões, a Prefeito de Curitiba, do que alguém que não é homem do rádio e da televisão. É uma realidade. Não temos como ignorá-la.

Participei das discussões da elaboração desta lei e, me recorro, como se fosse agora, qual foi o espírito do legislador do Congresso Nacional, porque dessas discussões, como já disse, participei ativamente. E, Vossa Excelência pode me arrolar como testemunha, que irei depor em favor de Vossa Excelência.

O Sr. Jocélito Canto (Aparte) - Gostaria de cumprimentar a sua candidatura, Deputado Toti, e dizer que o desespero está tomando conta de alguns candidatos e alguns apoiadores de candidatos. E este mês é um mês propício para isto.

Gostaria, Deputado Toti, de cumprimentá-lo pela sua atitude. O Senhor é um bom candidato. Tenho andado lá na Cidade de Irati, e o povo tem falado muito do Senhor, está de parabéns. E o Senhor como eu, que passei por cinco ou seis tentativas na justiça, por causa do partido, situação da comissão provisória. Não se preocupe, que o Senhor vai ganhar, porque a verdade sempre fica do lado de quem está

na verdade. Não daqueles que falam demais conversam demais e às vezes não mostram a realidade.

E gostaria de aproveitar a oportunidade e dizer ao Senhor Presidente que estou inscrito em explicações pessoais no final, e gostaria de dar a resposta ao jovem Deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Antonio Belinati (A parte) - Eu vi a exposição do nobre Deputado José Tavares, mas gostaria de fazer um esclarecimento a V.Exa.. O nobre líder da nossa bancada que tanto prezo, Deputado Valdir Rossoni, teve aqui a sua exposição, mas a Lei Eleitoral tem um furo muito gritante no tocante aos comunicadores do rádio e da televisão.

A lei não diz, Deputado Tavares, que o radialista tem que se afastar 60 dias antes das eleições. A lei diz, no tocante a ineligibilidade, que quem ocupa cargo comissionado para disputar a eleição de Vereador, o prazo é de 6 meses; para disputar eleição para Prefeito, de 120 dias. E quem for comunicador de rádio e de televisão, a lei é incisiva. Ela diz que o comunicador terá que deixar o rádio ou a televisão, a partir do momento em que ele tiver a sua candidatura lançada, homologada pelo partido.

Então, aí está um furo, ou seja, um comunicador do rádio ou da televisão pode ficar nos mesmos até 5 dias antes das eleições. Aí o candidato a Prefeito renuncia, a partir daquele momento - é o que diz e que determina a Lei Eleitoral: a partir do momento em que o substituto for lançado candidato, ele não poderá mais apresentar, em hipótese nenhuma, programa de rádio e de televisão. É um furo da lei.

Quer dizer, se um comunicador quiser guardar como coringa a sua candidatura, ele pode lançar alguém só para ocupar a legenda e próximo da eleição, então, se ele for um comunicador bem sucedido, de grande audiência, vai levar uma grande vantagem sobre os demais. Entendi, não é o caso de Vossa Excelência, que estava apenas usando o rádio para prestar contas do seu trabalho parlamentar - mas lembraria o Deputado Tavares, esse buraco negro que tem nessa Lei Eleitoral.

Pode sim o candidato a Prefeito ficar no rádio até a véspera da eleição se for o caso. No caso de Vereador não, porque se o Vereador renunciar agora o candidato, a sua vaga não pode mais ser preenchida, mas no caso da eleição majoritária, o titular renunciando, ele poderá ser substituído por alguém do rádio ou da televisão, que só a partir de então terá que fazer a desincompatibilização.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte dos

demais Parlamentares, e para concluir, dizer ao meu colega, Deputado Valdir Rossoni, que estou em Irati, sempre a partir de quarta-feira à noite, até na segunda-feira de manhã. Estou lá a espera de Vossa Excelência nos palanques, para podermos disputar os votos. E quero dizer que não existe jogada por minha parte, porque não sou homem de fazer jogada. Gosto de enfrentar os adversários lealmente, com muita dignidade, com muito respeito.

E automaticamente, a justiça e a lei também. Irei, se preciso for, até a mais alta Corte da Justiça, que será em Brasília, se for o caso, que não acredito.

Senhor Presidente, agradeço os apertes, os esclarecimentos muito importantes para mim neste instante, e peço a compreensão, principalmente de não poder estar aqui - aliás a Liderança do nosso partido ficará aí com o Deputado Pessuti até o final do mês e depois os companheiros aí irão me substituindo, me reservando, até porque vão ter um tempo maior para poder discutir, analisar os projetos que vão estar aqui tramitando nesta Casa.

Então, eles irão me substituir e agradeço o apoio de todos e principalmente da minha bancada.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só queria voltar ao assunto, porque o ilustre Deputado Jocélito pediu um aparte. E quero dizer ao Deputado Jocélito, que em nenhum momento tenho demonstrado nas minhas atitudes nesta Casa, o desespero. Tenho até demonstrado muita tranquilidade, porque estou em paz com a vida, graças a Deus, meus procedimentos, tenho procurado ser coerente, correto, tenho uma vida e um passado limpos. Não tenho medo da verdade. Então, não tenho motivos para fazer gritarias e desespero.

Só para dar a resposta, Deputado Jocélito, e também compreendo o Deputado Toti Colaço, por ele estar disputando as eleições, acho que é democrático. Agora, é um direito, Deputado Tavares, ao PDT de Irati, para que as eleições sejam disputadas... e a prova está aí, que tem diversas interpretações, e temos juristas que nos dão outras interpretações. É um direito nosso de exigir, porque como Vossas Excelências interpretam que ele não é um radialista, nós interpretamos que uma pessoa que faz um programa semanal de duas horas e meia, fica caracterizado o uso da comunicação, e isto vamos ver dentro da justiça. Não queremos nada dentro da justiça, porque temos um ótimo candidato, e o grande homem se conhece na derrota e também na vitória. Temos certeza que vamos derrotar o Deputado Toti Colaço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Excelência, até em sua homenagem, a todos aqueles que militaram no MDB, no PMDB, Deputado Belinati, Deputado Tavares, tantos companheiros aqui, o Pessuti, que lutaram nas praças, nas ruas, pela democracia, pela liberdade.

O que o PMDB quer, é voto, e acho que o PDT de Irati tem que parar de ter medo da urna. Vai ter que sim, Deputado Rossoni, vão ter que no dia 03 de outubro enfrentar o Toti Colação, lá. Tem que tentar recorrer à justiça mesmo, tentar melar, porque o Toti Colação vai como um trator em cima de vocês e vai ganhar as eleições no dia 03 de outubro.

O Sr. Jocelito Canto - O Senhor veja, Deputado Flávio Rusch, como é importante estar aqui no Parlamento todos os dias.

Sem querer afrontar o nobre Líder do Governo, o nosso Líder do PMT, perdão, estava falando aos jornalistas, quando ele estava a discutir com o Deputado Toti Colação. Fiz, como um membro da coligação PMDB, e que o PMDB se junte a mim em Ponta Grossa, junto ao PSDB, quis ser solidário a ele, porque passei por essa barra na justiça, também. Mas, em momento nenhum, Deputado Valdir Rossoni, a intenção foi atingi-lo. Aliás, tenho a grande satisfação de tê-lo como amigo.

Agora, veja como é importante, Deputado, estar aqui, porque no momento em que o companheiro Rossoni falava, eu não havia percebido que ele tinha dito, e ele não entendeu o que eu falei. Achou que era tudo contra ele. Isso prova que tem que estar aqui o Deputado, para que não haja besteiras, às vezes.

Agora, quanto às eleições, deixe o povo decidir. Tem muita gente vendo fantasmas por aí, e esses fantasmas podem ser o povo carregando o voto para a urna.

Muito obrigado!

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Só, Presidente, para que possamos dar um pouquinho mais de amplitude nessa discussão das eleições de 96.

Em seguida, vou conversar com o Deputado Marquinhos Alves, e vou procurar também o Deputado Joel Coimbra, e amanhã, quando o Miltinho Puppio estiver aqui, vou conversar com ele. Vou ver se podemos arrumar uma encenação, o Pessuti e o Miltinho, ali pelo Vale do Ivaí, para levar a briga um pouquinho mais longe. E ver se o Marquinhos e o Joel Coimbra também levam um pouquinho mais adiante, lá para Maringá, para escapar um pouco aqui dos Campos Gerais, porque até agora a briga de Ponta Grossa e Irati é que tem tomado conta. Queremos ver se leva lá para perto de Maringá, para o Vale do Ivaí. Vamos fazer um

esforço para que possamos tirar a briga aqui dos Campos Gerais.

Era isto, Senhor Presidente, a contribuição que queríamos dar às discussões das eleições de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Senhor Presidente, estava conversando aqui, e penso que temos que ver de uma outra maneira o fato da saída do radialista do ar. Penso que, a punição do radialista, ou seja, a retirada do radialista do ar sessenta dias antes da eleição, é o mesmo que eu, Ricardo Chab, ou qualquer um de nós, punirmos qualquer cidadão brasileiro por presunção de crime.

Ora, vou afastar o Deputado José Maria, vou mantê-lo trancafiado até o dia 3 de outubro, porque presumo que o Senhor venha a cometer um crime eleitoral. Assim se faz com o radialista. Tira-o do ar, porque presume-se que o radialista venha pedir voto no seu programa de rádio.

Ora, gente, isto é um absurdo, é retrógrado. Temos que ter avanço em termos de legislação. Penso que o radialista pode continuar perfeitamente trabalhando, porém estabeleçam um órgão de fiscalização. Incorreu no erro, retira do ar. Segundo erro, a multa. E o terceiro, é a cassação da sua candidatura. Agora, punir alguém por presunção de crime, é só no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, ofício de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Gostaria que fosse lido esse ofício e mostrasse ao Plenário a data do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Senhor 1º Secretário fará a leitura do Ofício do Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Lê o Ofício nº 20/96 subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando licença de seu cargo de Deputado, para tratar de assuntos pessoais, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 15 do corrente mês. Aprovado. À Diretoria de Assistência ao Plenário.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/96 de autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública o COMUNORTE - Conselho Comunitário de Moradores da Região Norte de Londrina com sede e foro na Comarca de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/96 de autoria do Deputado Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública o JOCUM - Jovens com uma missão de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Flauzina Dias Viegas - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Conselheiro Carrão de Assaí, com sede e foro no Município de Assaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Câmara de Comércio e Indústria Brasil - Chile, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/96 de autoria do Deputado Irineu Colombo que declara de Utilidade Pública a Associação Cascavelense de Deficientes Visuais - ACADEVI, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/96 de autoria do Deputado César Selme que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Adolpho de Oliveira Franco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 124 de 19.08.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 377/96

PARECER:

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder ao Doutor Adolpho de Oliveira Franco o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O Doutor Adolpho de Oliveira Franco é um dos paranaenses mais ilustres, tendo contribuído com a pujança do nosso Paraná,

ocupando o alto cargo de Governador do Estado com brilhantismo. Foi eleito Senador da República, quando, com bravura, defendeu os mais legítimos interesses do povo da nossa terra.

Advogado ilustre e respeitado, o Doutor Adolpho foi eleito Presidente da Ordem, Seção do Paraná, por dois mandatos.

CONCLUSÃO

Isto posto, somos de parecer Favorável ao Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 773, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 774, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 777, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 779, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 781 a 784, de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 786, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 791 e 792, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 793 a 796, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 799, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que me traz neste período destinado às explicações pessoais, é mostrar a este Plenário, apesar de quase vazio, mas tenho certeza que pelo menos a Mesa nos ouvirá, os jornalistas e o povo que está na Casa trabalhando, nossos trabalhadores, do que o Deputado Luiz Carlos Zuk acabou de citar. Entendo o promunicamento do Deputado Luiz Carlos Zuk, ao longo da sua experiência parlamentar e da sua vocação por ser um grande intérprete das palavras, entendo que o Deputado exagerou quase que muito ao proferir palavras que não recebi como ofensa, porque Jesus Cristo - não quero me comparar a ele - mas ele foi crucificado pelos homens e antes de morrer ele peliu pervão aos homens. Vossa Excelência cita que eu teria dito, como de fato disse, no horário gratuito do TRE que os Deputados ganhavam 500 mil reais ou dólares. Não é verdadeira a sua afirmação. O jornal que Vossa Excelência exibe é o mesmo jornal que coloca três matérias do meu oponente e uma minha, jornal que nesse momento político, pelos últimos comentários, tende sempre a me agredir, mas também perdão porque entendo que às vezes não sabe o que está fazendo. Vossa Excelência disse que falei que os Deputados ganhavam 500 mil reais. Não foram 500 mil reais. Foi quase, Deputado e o Senhor esqueceu de falar uma coisa verdadeira, o Senhor vai ver quando receber as fitas, porque a Justiça haverá de dizer, de entregar. O Deputado Jocelito falou que os Deputados quase receberam 500 mil reais e que falei que os Deputados ganhavam 500 mil reais, foi quase. E mais, Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, quando falo em quase meio milhão de dólares, falo entre cargos e salários. Salários e cargos. Vamos fazer a conta hoje. Neste País inflação não pode existir, estamos no real, como o salário do trabalhador não sobe? Como que não sobe o salário do trabalhador? Então não pode subir o salário do Deputado.

Vamos analisar o salário de hoje. O que recebemos na Casa hoje: dá 20 mil reais, Deputado Zuk! Dá! E até alguns recebem um pouco mais, como Vossa Excelência, que é 1º vice-Presidente da Assembleia - não citei isso. Como outros Deputados recebem da sua Bancada também. Então vamos ser sinceros, vamos analisar em 1995: a convocação, a desconvocação. Vamos analisar os juroos que não estão computados porque recebemos nossos salários adiantados. Vamos ser sinceros com este povo do Paraná! Nós recebemos adiantado! Não estou aqui, querendo questionar o Presidente desta Casa que tenho o maior respeito possível, é uma pessoa das que mais me ajudou nesta Casa, e quando deu a palavra para mim, Deputado Zuk, ele cumpriu! Ele cum-

priu quando deu a palavra para mim. O que Vossa Excelência não fez quando fomos candidato a Prefeito, Vossa Excelência - estou falando com o Deputado Luiz Carlos Zuk, não com o Presidente desta Casa, gostaria de registrar. Porque foi o Deputado Luiz Carlos Zuk que falou comigo. E devo essa explicação, é uma explicação pessoal.

Vamos continuar: não posso mostrar quanto ganho? Por que que não posso mostrar quanto ganho? O que não me permite mostrar o quanto ganho?

Quando fui candidato a Deputado assumi o compromisso que mostraria para o povo o que eu iria ganhar. Assumi esse compromisso público! Fui processado porque diziam que estava enganando o povo porque não iria mostrar. Mostrei à população o quanto a gente ganha. Mostrei. E em respeito aos Senhores Deputados me foi solicitado ao primeiro mês da minha prestação de contas que eu não fizesse nesta Casa mais. E entendi correto, porque poderia ofender algum companheiro que não usasse da mesma linha que eu. Cada um faz o que quer com o salário. Não estou questionando o que vocês fazem com o salário. Faço com o meu assim porque prometi, prometi em campanha e quero cumprir.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JOCELITO CANTO - Eu lhe ouvi, lhe ouvi o tempo inteiro.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Mas Vossa Excelência está faltando com a verdade.

O SR. JOCELITO CANTO - Não estou. Presidente, gostaria que o Senhor me assegurasse a palavra. Presidente, me assegure a palavra!

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Nunca assumi compromisso com Vossa Excelência!

O SR. JOCELITO CANTO - Mas o Senhor disse isso publicamente, Deputado Zuk, está nas páginas, Deputado! Presidente por favor, me assegure a palavra!

Que fosse descontado o tempo que o Deputado Zuk me interferiu. Eu o ouvi durante quase meia hora! Esse Parlamento é para Parlamentar, não para brigar!

Deputado Luiz Carlos Zuk disse e me acusou de mostrar a prestação de contas. Vou mostrar. Estou mostrando na televisão porque acho que é uma transparência que alguém que prometeu e cumpriu, é uma soma de prometer e cumprir. Cumpri o que prometi. Mostrei quanto o Deputado ganhou e não afrontei os companheiros desta Casa, fazendo prestação de contas aqui.

(Discussões paralelas)

Uma única prestação de contas Deputado, depois não fiz mais em respeito aos Senhores, mas posso fazer prestação de contas. Assumi esse compromisso e costumo cumprir os compromissos que assumi e já lhe digo porque.

Ainda prosseguindo Senhor Presidente, o Deputado Luiz Carlos Zuk diz que não é verdade que nós recebemos, mas é verdade, não é mentira.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Quem que recebe 20.008 reais aqui, é mentira sua. Tenho em mãos o que o Deputado recebe e não posso admitir nesse Poder que alguém falte com a verdade, quando a documentação mostra quanto nós recebemos, agora de cargo de assessor é salário de Deputado o meu não é, e acredito que nenhum dos outros Deputados é.

O SR. JOCELITO CANTO - Deputado Zuk, a campanha está lhe deixando com o ouvido não muito bom.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Eu não sou candidato.

O SR. JOCELITO CANTO - Mas o Senhor está participando da campanha. O Senhor está ouvindo bem. Pegue a fita que o Senhor vai requisitar, porque o que falei na televisão Deputado Zuk, cargos e salários.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - O Senhor afirmou que nós ganhamos 20.008 reais, a fita mostra a sua conta no Estado, Deputado Jocelito, não fui eu que menti.

O SR. JOCELITO CANTO - Quanto ganha o Senhor hoje, o Senhor poderia dizer para nós, entre tudo.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Por solicitação do nobre Deputado Jocelito Canto. No dia 1º de janeiro de 1995, todos os Deputados, não eu, inclusive vossa pessoa.

O SR. JOCELITO CANTO - Em janeiro não recebi, não estava aqui, recebi em fevereiro porque cheguei nesse Parlamento em fevereiro.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Recebi porque era remanescente da Legislatura anterior. Subsídio: 1.801 reais. Representação 1.264 reais. Ajuda de custo 1.801 reais. Em fevereiro, que Vossa Excelência fala, em fevereiro: subsídio fixo 2.250 reais, subsídio variável 2.250 reais, subsídio adicional do Parlamentar 1.500 reais, foi esse o numerário que Vossa Excelência, que todos os Deputados receberam em fevereiro, com certidão de fevereiro.

Hoje o Senhor recebeu, em agosto de

1996, vossa pessoa e nós todos, aqui temos mês por mês, todos os Senhores Deputados, desde o início até o dia de hoje, março, abril, maio, junho e o mês de julho e agosto de 96, Vossa Senhoria recebeu 2.250 de subsídio fixo, 2.250 de subsídio variável, subsídio adicional 1.500 reais, somado tudo isso aqui nobre Deputado, dá 6.000 reais, descontados 25% do Imposto de Renda, vossa pessoa recebeu 4.600 reais, como todos nós recebemos.

O SR. PRESIDENTE (João Techy Filho) - O Deputado Luiz Carlos Zuk foi questionado e ele está respondendo.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Excelência recebeu 4.600 reais.

O SR. JOCELITO CANTO - O Senhor quer ver o cheque? Trago amanhã para a imprensa o que recebi. Trago a cópia do cheque amanhã. De salário, sim Senhor.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Quanto Vossa Excelência recebeu?

O SR. JOCELITO CANTO - De salário, quatro, seiscentos e pouco.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - É isso que estou dizendo, está aqui.

O SR. JOCELITO CANTO - O Senhor está dizendo dois e pouco, Deputado.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Está descrito, discriminado, inteligência.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, me assegure a palavra que o Deputado Luiz Carlos Zuk...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está com a palavra o Deputado da tribuna, Senhor Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria Senhor Presidente que o Senhor descontasse o meu tempo, porque o Deputado Zuk tomou o meu tempo.

Senhor Presidente, recebi, hoje, um Deputado recebe, não estou aqui querendo afrontar ninguém, vamos deixar bem claro. Faço o que eu quiser com o meu salário como o Deputado Alborghetti faz, vi ali uma vila de gente e ele atendendo. Agora, ele faz o que quer com o salário e eu também faço o que quero, cada um faz o que quer, uns ficam outros fazem o que querem. É uma coisa pessoal minha.

Então, vejam bem, o Deputado recebeu, hoje recebe 20 mil reais entre tudo, falei cargos e salários e é verdadeiro não é mentira. Aonde estou faltando com a verdade?

Quando cada um tem o direito a seus dez cargos mais dois são doze. Aonde que estou faltando com a verdade?

Então, me puna a Assembleia do Paraná, se estou faltando com a verdade.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Está faltando com a verdade.

O SR. JOCELITO CANTO - Não estou faltando com a verdade, Senhor Presidente.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Não pode contar cargos.

O SR. JOCELITO CANTO - Mas estou falando o que é verdade, Senhor Deputado. O Senhor não está ouvindo?

(Discussões paralelas)

O SR. JOCELITO CANTO - Falei na televisão cargos e salários, e quem nomeia os cargos são os Deputados.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - E o Senhor recebe? O Senhor, nomeia os cargos e recebe o dinheiro dos cargos?

O SR. JOCELITO CANTO - Nomeio os cargos e repasso aos meus funcionários. São eles que recebem.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Ah! Então, é o Deputado que recebe ou são os funcionários.

O SR. JOCELITO CANTO - Deputado Zuk, quantos funcionários o Senhor tem no seu gabinete?

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Dez funcionários.

O SR. JOCELITO CANTO - Quero ver os dez trabalhando.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Estão lá, trabalham.

(Discussões paralelas)

Vossa Excelência está equivocado. Vossa Excelência, não sabe o que está falando.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, por favor me assegure a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A palavra com o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Que se desconte o tempo, por favor deixe eu terminar o meu raciocínio. Não consigo terminar o meu raciocínio. Quero explicar, quero me defender do que o Deputado Zuk falou, por favor isso aqui é um Parlamento. Não é?

Senhor Presidente, o Deputado Zuk falou com a verdade quando disse que falei que o Deputado recebeu de salário quase 500 mil reais. Não foi, foi salários e cargos e é verdadeiro, é isso que eu disse. O Deputado recebe os cargos e nomeia as pessoas de sua confiança, então ele recebe para nomear alguém.

Não estou afrontando ninguém dessa forma.

O Deputado faz o que quer com o seu salário, recebi...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Já está encerrado, já foi explicado.

O SR. JOCELITO CANTO - Mas, como Senhor Presidente?
Falei dez minutos no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Então, mais um minuto.

O SR. JOCELITO CANTO - Assim o Senhor está ceifando o meu direito de falar, fui acusado, pisado e o Senhor não me dá o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Mas, foi permitido que o aparte lhe fosse dado.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, ouvi trinta minutos o Deputado Zuk fazer afirmações pesadas contra mim, o Senhor não me permite.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está encerrado o Horário.

O SR. JOCELITO CANTO - Essa é a democracia do Paraná. O "cara" é acusado e não tem o direito de falar. Essa é a Assembleia do Paraná, infelizmente.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Apenas gostaria depois da explicação do Deputado Jocelito, se no questionamento ele afirmou ou não que a sua pessoa nomeia ou não os cargos, porque no pronunciamento de hoje, ouvi o seu programa de rádio, na minha passagem por Ponta Grossa, inclusive parei o carro para não perder a explicação que o Senhor estava dando dos vinte mil reais que o Senhor gastou em assistência social no mês de fevereiro de 1995. E, lá estava computado como gastos em assistência social o dinheiro dos doze cargos.

Portanto, por isso é que peço a sua explicação, porque o Senhor não pode gastar de forma alguma em assistência social, mesmo porque esse dinheiro não é seu, é de assessoria.

Então, só gostaria dessa explicação, porque não ficou muito claro, Deputado Jo-

célito.

O SR. JOCELITO CANTO - Deputado Vossa Excelência entendeu mal.

Os cargos nessa Mesa, os cargos são indicados pelo Deputado, mas a Assembleia que o faz.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Questão de Ordem.

O assunto já está encerrado e vamos encerrar a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 198 e 377/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 021, 233, 240, 316, 321, 331 e 357/96.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TURISMO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Sérgio Spada, mais a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 010/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Relator: Deputado Nelson Tureck. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) SÉRGIO SPADA

Presidente

Delôra F. Amaral Carvalho

Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

13.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto de hum mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, mais a presença dos seguintes Deputados: Eduardo Trevisan, Orlando Pessuti, Remy Borsatto, Edno Guimarães e Irineu Colombo. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente informa não haver expediente a ser lido, passando-se em seguida a Ordem do Dia. Projeto de Lei nº 024/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que tem por finalidade "obrigar os estabelecimentos bancários e supermercados do Estado a manter caixas destinadas ao atendimento de portadores de deficiência física, idosos, gestantes e mulheres com criança de colo". Relator Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, mandando lavrar a presente ata que vai assinada por ele, pelos Deputados presentes e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

Presidente

RUBENS BREMER - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Ironi Pugliesi, José Maria Ferreira, Geraldo Cartário, Basílio Zamusso, Orlando Pessuti, Eduardo Trevisan e José Tavares. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 357/96, do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Geraldo Cartário e José Maria Ferreira. 02) Proposição-Veto nº 055/96 do Poder Executivo - Ofício nº 204/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 052/96 do Poder Executivo - Ofício nº 174/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 053/96 do Poder Executivo - Ofício nº 175/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 054/96 do Poder Executivo - Ofício nº 176/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 06) Pro-

jeto de Lei nº 342/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 343/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 344/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 345/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 340/96 do Deputado Anibal Khury e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 354/96 dos Deputados Anibal Khury e Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 330/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 329/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 293/96 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan; 15) Projeto de Lei nº 292/96 do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 16) Proposição-Veto nº 058/96 do Poder Executivo - Ofício nº 201/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 17) Proposição-Veto nº 057/96 do Poder Executivo - Ofício nº 202/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 18) Proposição-Veto nº 056/96 do Poder Executivo - Ofício nº 203/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 19) Proposição-Veto nº 065/96 do Poder Executivo - Ofício nº 189/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 102/96 do Deputado Alqaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 353/96 do Deputado Sâmia da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 021/96 do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 424/95 do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 352/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 25) Proposição-Veto nº 59/96 do Poder Executivo - Ofício nº 195/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 26) Proposição-Veto nº 060/96 do Poder Executivo - Ofício nº 194/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 27) Proposição-Veto nº 061/96 do Poder Executivo - Ofício nº 193/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zamusso - APROVADO; 28) Proposição-Veto nº 062/96 do Poder Execu-

tivo - Ofício n° 192/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zambuso - APROVADO; 29) Projeto de Lei n° 347/96 do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO; 30) Projeto de Lei n° 240/96 do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO; 31) Projeto de Lei n° 233/96 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 331/96 do Deputado Anibal Kruay. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO; 33) Proposição-Veto n° 064/96 do Poder Executivo - Ofício n° 190/96, Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi

- APROVADO; 34) Proposição - Veto n° 063/96 do Poder Executivo - Ofício n° 191/96, Parecer FAVORÁVEL da Deputada Ironi Pugliesi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos e dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA
Secretária